



## Município de São João da Boa Vista

Gabinete do Prefeito

Secretaria Geral

OFÍCIO Nº 1.012 /2025/GAB/SG

OFÍCIO DO EXECUTIVO Nº 503/2025

São João da Boa Vista, 18 de julho de 2025.

*Ref.: Ofício nº 005/2025*



*Assunto: Relatório de fiscalização da Câmara Municipal. Contas anuais. Exercício de 2024. Contratos e Repasses públicos do executivo julgados irregulares pelo TCE/SP. Processo TC-005048.989.24-8.*

Senhor Presidente:


Em atenção ao Ofício em epígrafe que requisita informações relacionadas as irregularidades apontadas nos contratos e repasses, de acordo com o relatório de fiscalização das contas anuais do exercício de 2024, processo aberto sob o nº TC – 005048.989.24-8, de autoria do Eminentíssimo Conselheiro Sr. Maxwell Borges de Moura Vieira, encaminho a V. Exa. com a devida vênica, em anexo, o Despacho DRH nº 608/2025/DRH/Gabinete do Diretor, Despacho nº 764/2025/DEA/GAB-DEA e as Informações Técnicas do Setor de Apoio Administrativo da Procuradoria Geral do Município, que comunicam o resultado de julgamento dos processos.

Sem mais para o momento, renovo os protestos de estima e consideração.

  
VANDERLEI BORGES DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

  
  
JOAQUIM P. FERNANDES JUNIOR  
ANALISTA LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL  
SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP

Exmo. Sr. Vereador Luis Carlos Domiciano  
Presidente da Câmara Municipal  
NESTA.

A Disposição dos Vereadores  
4 8   
por delegação  
Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL

Rua Antonina Junqueira, 195, 2º andar, Centro  
CEP 13870-902 | São João da Boa Vista - SP  
(19) 3634-4111 | protocolo.cmsjbv@gmail.com  
www.saojoaodaboavista.sp.leg.br

**AO GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DA BOA VISTA – SÃO PAULO:**

**OFÍCIO Nº 005/2025**

**EMENTA: “RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DA  
CÂMARA MUNICIPAL. CONTAS ANUAIS.  
EXERCÍCIO 2024. CONTRATOS E REPASSES  
PÚBLICOS DO EXECUTIVO JULGADOS  
IRREGULARES PELO TCE/SP. PROCESSO TC-  
005048.989.24-8”.**

**Exmo. Prefeito Municipal,**

Trata-se do relatório de fiscalização das contas anuais do exercício de 2024, da Câmara Municipal, processo aberto sob nº TC-005048.989.24-8, de Relatoria do Eminentíssimo Conselheiro Maxwell Borges de Moura Vieira.

No relatório de fiscalização, consta que foram requisitados à Câmara Municipal que informasse quais procedimentos foram adotados em relação aos contratos e/ou repasses públicos, julgados irregulares pelo TCE-SP, celebrados pelo Executivo Municipal no exercício de 2024.

Os contratos e/ou repasses públicos apontados no relatório são referentes aos Contratos: nº 04/2018 (Construrban Logística Ambiental Ltda.); nº 135/2023 (Plural Serviços Técnicos Ltda. -ME). E aos Repasses Públicos: Termo de Colaboração nº 010/2022 (Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino – IGEVE); Contrato de Gestão nº 069/2022 (Instituto Rita Lobato).

É o breve relato.



# CÂMARA MUNICIPAL

Rua Antonina Junqueira, 195, 2º andar, Centro  
CEP 13870-902 | São João da Boa Vista - SP  
(19) 3634-4111 | protocolo.cmsjbv@gmail.com  
[www.saojoaodaboavista.sp.leg.br](http://www.saojoaodaboavista.sp.leg.br)

A Corte de Contas Paulista, no atual exercício, encaminhou ao Poder Legislativo Municipal questionamentos sobre quais ações foram tomadas pela Câmara Municipal em relação aos contratos e/ou repasses públicos, haja vista este serem julgados irregulares.

Ocorre que no exercício de 2024 não há informações ou notícias de que a Câmara Municipal, a qual é representada pelo Presidente da Câmara (artigo 30, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município), encaminhou ao Poder Executivo requerimentos solicitando informações e ações executadas em relação as irregularidades apontadas nos contratos e repasses supracitados.

Diante do exposto, requer de Vossa Excelência que se digne de informar o que segue:

- a) Houve abertura de processo administrativo para apurar a conduta dos envolvidos nos contratos e repasses mencionados, bem como se houve prejuízo ao erário municipal?
- b) Existem processos administrativos, abertos ou encerrados, visando a aplicação de penalidades às empresas mencionadas pelo TCE-SP?
- c) Quais foram as providências tomadas pelo Poder Executivo em relação aos contratos e repasses julgados irregulares?

Por fim, em caso afirmativo das perguntas acima, requer sejam encaminhados os documentos probatórios para que o Poder Legislativo exercer seu dever previsto no artigo 16, inciso XIX, da Lei Orgânica do Município.

Sem mais a informar, agradecemos e reiteramos protestos de estima e consideração.

  
**LUIS CARLOS DOMICIANO**

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**




## Ofício nº 005/2025 - Câmara Municipal



**De** Laryssa <secretaria@saojoao.sp.gov.br>

**Para** Maria Lígia - DRH <rh@saojoao.sp.gov.br>, <adm.assessoria@saojoao.sp.gov.br>, Administrativo Diretoria do Departamento <adm@saojoao.sp.gov.br>, Chefedegabinete <chefedegabinete@saojoao.sp.gov.br>, Gab Leonardo <gab-leonardo@saojoao.sp.gov.br>, Jurídico Fernanda <jur-fernanda@saojoao.sp.gov.br>

**Data** 03/07/2025 11:11

 Ofício 005.2025 - Câmara.pdf (~133 KB)

Boa tarde!

Segue para análise e manifestação o Ofício nº 005/2025 proveniente da Câmara Municipal, que solicita informações quanto contratos e/ou repasses públicos, julgados irregulares pelo TCE-SP, celebrados pelo Poder Executivo Municipal no exercício de 2024.

Att.

Laryssa

--



PREFEITURA  
**SÃO JOÃO**  
DA BOA VISTA

**Laryssa Cristina G. Costa da Cruz**

Chefe de Setor

Rua Marechal Deodoro nº 366 - Centro  
Tel.: (19) 3634-1040

**GAB** | Gabinete do Prefeito  
Secretaria Geral de Gabinete

Re: Fwd: Ofício nº 005/2025 - Câmara Municipal

**De** Diretoria de Recursos Humanos <rh@saojoao.sp.gov.br>  
**Para** Laryssa <secretaria@saojoao.sp.gov.br>  
**Cópia** Fernanda Bonaretto Rocha da Cunha <jur-fernanda@saojoao.sp.gov.br>, João Fernando Alves Palomo <joao.palomo@saojoao.sp.gov.br>, <adm.assessoria@saojoao.sp.gov.br>, Administrativo Diretoria do Departamento <adm@saojoao.sp.gov.br>, Chefedegabinete <chefedegabinete@saojoao.sp.gov.br>, Gab Leonardo <gab-leonardo@saojoao.sp.gov.br>  
**Data** 04/07/2025 13:06

Boa tarde

Em atenção ao solicitado, complementando a manifestação do Sr. Procurador Geral, informamos que os contratos e repasses da competência do DRH não estão entre aqueles julgados irregulares pelo TCE-SP.

No tocante à apuração de possíveis condutas funcionais, está em andamento a Sindicância Investigativa 19470/2024, que apura o contrato 04/2018 - Construrban. Foi nomeada comissão de tomada de contas do contrato de gestão 069/2022 - Rita Lobato, cujos membros estão se dedicando exclusivamente à análise da documentação.

As respectivas portarias estão em poder do Gabinete.

Quanto aos demais contratos mencionados, não houve solicitação de apuração mediante sindicância ao DRH.

Sendo o que temos a informar, agradecemos e nos disponibilizamos para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente

  
**Maria Lígia Marinho Campos**  
Diretora  
Av. Dr. Oscar Pirajá Martins nº 487 - Jd. Santo André  
Tel.: (19) 3638-1148  
PREFEITURA  
**SÃO JOÃO**  
DO BOQUEIRÃO  
DRH | Departamento de Recursos Humanos

Em 2025-07-04 12:48, João Fernando Alves Palomo escreveu:

A competência para instaurar as providências devidas é dos Departamentos que contrataram os serviços e do próprio Gabinete

----- Mensagem original -----

**Assunto:**Ofício nº 005/2025 - Câmara Municipal  
**Data:** 2025-07-03 11:11  
**De:** Laryssa <secretaria@saojoao.sp.gov.br>  
**Para:** Maria Lígia - DRH <rh@saojoao.sp.gov.br>, adm.assessoria@saojoao.sp.gov.br, Administrativo Diretoria do Departamento <adm@saojoao.sp.gov.br>, Chefedegabinete <chefedegabinete@saojoao.sp.gov.br>, Gab Leonardo <gab-leonardo@saojoao.sp.gov.br>, Juridico Fernanda <jur-fernanda@saojoao.sp.gov.br>

Boa tarde!

Segue para análise e manifestação o Ofício nº 005/2025 proveniente da Câmara Municipal, que solicita informações quanto contratos e/ou repasses públicos, julgados irregulares pelo TCE-SP, celebrados pelo Poder Executivo Municipal no exercício de 2024.

Att.

Laryssa

--  
  
**Laryssa Cristina G. Costa da Cruz**  
Chefe de Setor  
Rua Marechal Deodoro nº 366 - Centro  
Tel.: (19) 3634-1040  
PREFEITURA  
**SÃO JOÃO**  
DO BOQUEIRÃO  
GAB | Gabinete do Prefeito  
Secretaria Geral de Gabinete



PREFEITURA  
**SÃO JOÃO  
DA BOA VISTA**

Departamento de Recursos Humanos

**DESPACHO DRH/ Nº 608/2025/DRH/GABINETE DO DIRETOR**

**DESTINO:** GAB – Secretaria

**ASSUNTO:** Ofício nº 005/2025 - Câmara Municipal

Senhor Chefe de Gabinete,

Em atenção ao Ofício nº 005/2025, encaminhado pela Câmara Municipal, por meio de seu Presidente, vereador Luís Carlos Domiciano, informamos o que segue:

**Contratos sob responsabilidade do DRH**

Os contratos e repasses vinculados ao Departamento de Recursos Humanos não constam entre aqueles julgados irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no processo TC-005048.989.24-8.

**Apuração de condutas funcionais – Contrato nº 04/2018 (Construrban)**

Está em curso a Sindicância Investigativa nº 19470/2024, instaurada para apuração de possíveis irregularidades relativas ao contrato nº 04/2018, celebrado com a empresa Construrban Logística Ambiental Ltda.

**Contrato de Gestão nº 069/2022 (Instituto Rita Lobato)**

Foram constituídas comissões de tomada de contas para análise da execução do contrato. Os membros dessas comissões estão dedicados exclusivamente à verificação documental. As portarias de nomeação encontram-se sob a guarda do Gabinete do Prefeito.

**Demais contratos e repasses mencionados**

Até o momento, não houve requisição ao DRH para instauração de sindicância ou procedimento disciplinar envolvendo os demais contratos citados pela Câmara:

Contrato nº 135/2023 (Plural Serviços Técnicos Ltda. – ME)

Termo de Colaboração nº 010/2022 (Instituto IGEVE)

Sem mais, agradecemos e nos disponibilizamos para quaisquer esclarecimentos.

DRH, 10 de julho de 2025.



Documento assinado digitalmente

MARIA LÍGIA MARINHO CAMPOS

Data: 10/07/2025 15:38:34-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Maria Lígia Marinho Campos**

**Diretora do Depto de Recursos Humanos**



**Município de São João da Boa Vista**  
Departamento de Administração  
Gabinete do Diretor

**DESPACHO Nº 764/2025/DEA/GAB-DEA**  
**PROCESSO: -----/----**  
**DESTINO: GAB**  
**ASSUNTO: Ofício nº 005/2025 da Câmara Municipal.**

São João da Boa Vista, 17 de julho de 2025.

Trata-se do Ofício nº 005/2025, encaminhado pela Câmara Municipal de São João da Boa Vista, que trata do relatório de fiscalização das contas anuais relativas ao exercício de 2024, elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP).

No que se refere ao Departamento de Administração (DEA) e aos questionamentos apresentados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, informo que foram instaurados os seguintes processos em desfavor das empresas mencionadas:

**Construrban Logística Ambiental Ltda:** Processos nº 102/2019, 3952/2020 e 4059/2020;

**Plural Serviços Técnicos Ltda ME:** Processo nº 3586/2024;

**Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino – IGEVE:** Processos nº 3778/2025 e 3776/2025;

**Instituto Rita Lobato:** Diversos processos, destacando-se os de nº 10807/2023, 17086/2023 e 8620/2024, este último referente ao processo de desqualificação da organização social.

Cumpra ainda destacar que, no tocante ao Instituto Rita Lobato, também tramitam os processos nº 10842/2024, 10843/2024 e 10845/2024 (referentes a tomadas de contas especial), além do processo nº 10090/2023 (intervenção).

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente

MARIO HENRIQUE FAGOTTI VASSAO

Data: 17/07/2025 16:56:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mário H. Fagotti Vassão  
**Diretor do Depto. de Administração**





## Município de São João da Boa Vista

Procuradoria-Geral do Município

Setor de Apoio Administrativo

### INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 032/2025/PGM/SAA/M

#### PROCESSO: --

**DESTINO:** Gabinete do Prefeito e Departamentos de Administração e Educação (com cópia ao Procurador-Geral para ciência)

**ASSUNTO:** Comunica resultado de julgamento de processos referentes ao Termo de Colaboração nº 010/22 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

São João da Boa Vista, 27 de junho de 2025.

Senhor Prefeito e Senhores(as) Diretores(as),

É a presente para comunicar que os Termos Aditivos nº 01/23 e 02/24 do Termo de Colaboração nº 010/22, celebrado com o Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino – IGEVE, foram julgados **irregulares** pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em decisão de 10/06/2025.

Conforme consta dos fundamentos da decisão, cuja cópia segue em anexo, a reprovação foi motivada pela aplicação do princípio da acessoriedade, tendo em vista que o chamamento público e o termo de colaboração inicial haviam sido julgados irregulares por decisão definitiva em 12/03/2025, conforme comunicado por meio da Informação Técnica nº 019/2025/PGM/SAA/M.

Adicionalmente, embora outros apontamentos tenham sido afastados, concorreu para a irregularidade do primeiro aditamento a inclusão de despesas com manutenções e reparos, que foram consideradas estranhas ao objeto da parceria e à expertise da Organização da Sociedade Civil, bem como a ausência de detalhamento desses e de outros custos.

Como consequência da decisão, não houve a aplicação de sanções, porém foram acionados os incisos XV e XVII, do art. 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, portanto, é possível o recebimento, em breve, de ofício requisitando informações sobre providências adotadas.

Por fim, informa-se que nos autos do processo administrativo nº 10464/2025 foi formulada consulta jurídica ao Setor Consultivo desta Procuradoria acerca da possibilidade e legalidade de prorrogação da parceria em questão, a qual foi respondida no bojo do Parecer nº 0288/2025 no mesmo processo supramencionado.

Atenciosamente,

MATHEUS ALVES  
FERREIRA:335329  
92892

Assinado de forma digital  
por MATHEUS ALVES  
FERREIRA:33532992892  
Dados: 2025.07.01 14:48:22  
-03'00'

Matheus Alves Ferreira  
Agente Administrativo

Ciente e de acordo.

São João da Boa Vista, 1º de julho de 2025.

Filipe de Freitas Ramos Pires

Assessor do Procurador-Geral do Município em substituição

Rua Joaquim Alfredo de Almeida, 247 – Jardim Yara – São João da Boa Vista – CEP 13870-511  
Home Page: [www.saojoao.sp.gov.br](http://www.saojoao.sp.gov.br) [jur-atendimento@saojoao.sp.gov.br](mailto:jur-atendimento@saojoao.sp.gov.br)

Documento assinado digitalmente

gov.br

FILIPPE DE FREITAS RAMOS PIRES

Data: 01/07/2025 14:33:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>





## Município de São João da Boa Vista

Procuradoria-Geral do Município

Setor de Apoio Administrativo

### INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 017/2025/PGM/SAA/M

**PROCESSO:** --

**DESTINO:** Gabinete do Prefeito e Departamentos de Saúde e Administração (com cópia ao Procurador-Geral para ciência)

**ASSUNTO:** Comunica resultado de julgamento de recurso no Tribunal de Contas

São João da Boa Vista, 1º de abril de 2025.

Senhor Prefeito e Senhores(as) Diretores(as),

É a presente para comunicar que o Recurso Ordinário interposto contra a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que julgou irregulares o Chamamento e o Contrato de Gestão nº 69/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista e o Instituto Rita Lobato, cujo objeto era a “Operacionalização, apoio e execução pela contratada, de atividades e serviços de saúde na UPA [...]” foi **provido parcialmente**, com redução de sanção aplicada, porém manutenção da decisão de primeira instância pela irregularidade, conforme acórdão em anexo.

Além disso, interposto recurso de embargos de declaração pelo Instituto Rita Lobato, estes foram rejeitados pelo Tribunal.

Atenciosamente,

MATHEUS

ALVES

FERREIRA:33532

992892

Assinado de forma  
digital por MATHEUS  
ALVES

FERREIRA:33532992892

Dados: 2025.04.01

16:21:51 -03'00'

Matheus Alves Ferreira

Agente Administrativo

Ciente e de acordo.

São João da Boa Vista,

de

de 2025.

Assinado de forma digital por  
RODRIGO ANTONIO DO  
PRADO:00011676698  
Dados: 2025.04.09 13:09:22 -03'00'

Rodrigo Antonio do Prado

Assessor do Procurador-Geral do Município



## Município de São João da Boa Vista

Procuradoria-Geral do Município

Setor de Apoio Administrativo

### INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 018/2025/PGM/SAA/M

**PROCESSO:** --

**DESTINO:** Gabinete do Prefeito e Departamentos de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento e Administração (com cópia ao Procurador-Geral para ciência)

**ASSUNTO:** Comunica resultado de julgamento de recurso no Tribunal de Contas

São João da Boa Vista, 1º de abril de 2025.

Senhor Prefeito e Senhores(as) Diretores(as),

É a presente para comunicar que o Recurso Ordinário interposto contra a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que julgou irregulares a Dispensa de Licitação e o decorrente Contrato nº 135/23, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista e a Plural Serviços Técnicos Eireli, cujo objeto era a “*prestação de serviço de limpeza urbana do Sistema Integrado de Limpeza Pública do Município [...]*” foi **improvido**, com manutenção da decisão de primeira instância, conforme acórdão em anexo.

Atenciosamente,

MATHEUS ALVES Assinado de forma digital  
por MATHEUS ALVES  
FERREIRA:335329 FERREIRA:33532992892  
92892 Dados: 2025.04.01  
16:25:41 -03'00'

Matheus Alves Ferreira  
Agente Administrativo

Ciente e de acordo.

São João da Boa Vista,

de

de 2025.

Assinado de forma digital por  
RODRIGO ANTONIO DO  
PRADO:00011676698  
Dados: 2025.04.09 13:08:56  
-03'00'

Rodrigo Antonio do Prado  
Assessor do Procurador-Geral do Município



## Município de São João da Boa Vista

Procuradoria-Geral do Município

Setor de Apoio Administrativo

### INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 019/2025/PGM/SAA/M

#### PROCESSO: --

**DESTINO:** Gabinete do Prefeito e Departamentos de Educação e Administração (com cópia ao Procurador-Geral para ciência)

**ASSUNTO:** Comunica resultado de julgamento de recurso no Tribunal de Contas

São João da Boa Vista, 1º de abril de 2025.

Senhor Prefeito e Senhores(as) Diretores(as),

É a presente para comunicar que o Recurso Ordinário interposto contra a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que julgou irregulares o Chamamento Público e o Termo de Colaboração nº 010/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista e o Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino – IGEVE, cujo objeto era “*Implementar o Programa de Tempo Integral Municipal – PROTIM*” foi **improvido**, com manutenção da decisão de primeira instância, conforme relatório e voto em anexo, restando pendente apenas a publicação do acórdão.

Atenciosamente,

MATHEUS ALVES  
FERREIRA:335329  
92892

Assinado de forma digital  
por MATHEUS ALVES  
FERREIRA:33532992892  
Dados: 2025.04.01  
16:34:14 -03'00'

Matheus Alves Ferreira  
Agente Administrativo

Ciente e de acordo.

São João da Boa Vista,

de

de 2025.

Assinado de forma digital por  
RODRIGO ANTONIO DO  
PRADO:00011676698  
Dados: 2025.04.09 13:07:47 -03'00'

Rodrigo Antonio do Prado  
Assessor do Procurador-Geral do Município





## Município de São João da Boa Vista

Procuradoria-Geral do Município

Setor de Apoio Administrativo

### INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 096/2023/PGM/SAA/M

**PROCESSO:** 19758/23

**DESTINO:** Gabinete da Prefeita

**ASSUNTO:** Devolução de processo administrativo

São João da Boa Vista, 05 de dezembro de 2023.

Senhora Chefe de Gabinete,

Os autos foram encaminhados à PGM para subsidiar a análise dos procuradores nos processos 17956/23 e 21038/23, que tratam de ofício do Ministério Público sobre os processos da Construrban Logística Ambiental Ltda. no Tribunal de Contas.

Encaminhamos os autos de volta à origem com reforço sobre a necessidade de documentação de providências para comunicação ao TCE, que havia fixado prazo de 60 dias, contados a partir da expiração do prazo recursal, para que se informe as medidas adotadas em face do decidido, cujo trânsito em julgado do recurso ocorreu em 17/11/2023.

Dentre as medidas que podem ser adotadas, exemplificamos:

- Apuração nos processos de pagamento se, nos meses em que não houve a prestação do serviço de varrição mecanizada ou de qualquer outro serviço incluso no contrato, também não houve o respectivo pagamento referente ao serviço, para ajuizamento de ação de ressarcimento, se for o caso;

- Demonstração da existência de processos ou estudos para compra de balança própria de pesagem das coletas;

- Levantamento de Autos de Infração e multas aplicadas em processos de penalidade, para juntada dos comprovantes de quitação (se pagas) ou ajuizamento de execução fiscal (se não pagas);

- Verificação da possível ocorrência das mesmas falhas na execução do contrato atual, visto que foi selecionado para fiscalização pelo TCE.

Atenciosamente,

MATHEUS  
ALVES  
FERREIRA

Assinado de forma  
digital por MATHEUS  
ALVES FERREIRA  
Dados: 2023.12.05  
15:14:08 -03'00'

Matheus Alves Ferreira  
Auxiliar Administrativo

Ciente e de acordo.

São João da Boa Vista,

de

de 2023.

Rodrigo Antonio do Prado  
Assessor do Procurador-Geral



## Município de São João da Boa Vista

Procuradoria-Geral do Município  
Setor de Apoio Administrativo

### INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 092/2023/PGM/SAA/M

**PROCESSO:** 17956/23 e 21038/23

**DESTINO:** Assessor do Procurador-Geral

**ASSUNTO:** Processos da Construrban Logística Ambiental Ltda. no Tribunal de Contas

São João da Boa Vista, 28 de novembro de 2023.

Senhor Assessor,

Trata-se de processos administrativos instaurados para manifestação sobre ofício do Ministério Público do Estado de São Paulo acerca das decisões do Tribunal de Contas nos processos de auditoria do Contrato nº 04/2018, celebrado com a Construrban Logística Ambiental Ltda.

Serve a presente para subsidiar a análise e a manifestação de Vossa Senhoria nos autos.

Primeiramente, cumpre elencar os processos desse contrato, seus objetos e suas atuais situações no Tribunal de Contas:

PROCESSO	OBJETO	SITUAÇÃO/RESULTADO
00008548.989.19-3	Processo principal – contrato inicial	Julgado irregular
00008569.989.19-7	Acompanhamento de execução	Julgado irregular
00008657.989.19-0	Termo Aditivo nº 01/19	Julgado irregular pelo princípio da acessoriedade
00009112.989.20-7	Termo Aditivo nº 02/20	Julgado irregular pelo princípio da acessoriedade
00007702.989.21-1	Termo Aditivo nº 03/21	Julgado irregular pelo princípio da acessoriedade
00014050.989.21-9	Termo Aditivo nº 04/21	Julgado irregular pelo princípio da acessoriedade
00013504.989.22-9	Termo Aditivo nº 05/22	Julgado irregular pelo princípio da acessoriedade
00015560.989.22-0	Termo Aditivo nº 06/22	Julgado irregular pelo princípio da acessoriedade
00023739.989.21-8	Recurso Ordinário do contrato inicial e TAs 01 a 03	Provimento parcial para cancelar a multa aplicada
00005733.989.22-2	Recurso Ordinário do TA 04	Improvimento pelo princípio da acessoriedade
00017653.989.23-6	Recurso Ordinário do acompanhamento de execução	Improvimento





## Município de São João da Boa Vista

Procuradoria-Geral do Município

Setor de Apoio Administrativo

Como é possível verificar da tabela acima – cujos respectivos documentos encaminha-se em anexo – primeiramente o contrato inicial foi julgado irregular (em 11/11/2021) em conjunto com os Termos aditivos 01 a 03, uma vez que o Tribunal de Contas possui jurisprudência pacífica no sentido de que o reconhecimento de irregularidade no instrumento principal (contrato inicial) contamina todos os termos aditivos subsequentes, assim dito o “Princípio da Acessoriedade”.

Em 06/12/2021, foi interposto Recurso Ordinário contra essa decisão (**DOC. 2**), que teve provimento parcial em 04/05/2022 para afastamento de um dos fundamentos e da multa aplicada (**DOC. 3**), mas mantendo-se o juízo de irregularidade.

Nesse ínterim, houve prolação de decisão de irregularidade também no Termo Aditivo nº 04 em 23/02/2022 (**DOC. 4**), única e exclusivamente pelo Princípio da Acessoriedade, contra a qual foi interposto Recurso Ordinário em 16/02/2022 (**DOC. 5**) e improvido pelo mesmo motivo em 03/08/2022 (**DOC. 6**). Por consequência, os demais termos aditivos também foram julgados irregulares em 27/03/2023.

Em 09/08/2023, veio decisão de irregularidade também sobre a execução contratual (**DOC. 8**), contra a qual foi interposto Recurso Ordinário em 01/09/2023 (**DOC. 9**), totalmente improvido em 20/10/2023 (**DOC. 10**).

Do voto do Conselheiro Relator, constou determinação implícita de que deveriam ser apurados eventuais danos ao erário decorrentes das falhas da empresa na execução do contrato, para ressarcimento ao Município<sup>1</sup>.

Além disso, a decisão determinou o acionamento dos incisos XV e XXVII, do Art. 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93 – determinação que é padrão das decisões de irregularidade do Tribunal de Contas – donde originaram-se os ofícios recebidos pela Exma. Senhora Prefeita e pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Em relação a essa decisão, é de conhecimento deste Setor que o Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento instaurou o processo administrativo nº 19758/2023 com a finalidade de adoção de providências em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas, atualmente em trâmite pela Chefia de Gabinete da Prefeita, sobre o qual a PGM aguarda resposta para posterior comunicação ao Tribunal.

Nesse contexto, importante mencionar que a Conselheira entendeu por suficientes as providências adotadas e informadas pelo Município em relação ao contrato principal e seus termos aditivos (**DOC. 12**), documentadas às fls. 32/35 dos autos 17956/23, restando, assim, informar e comprovar ao Tribunal apenas as providências adotadas em relação ao processo de acompanhamento da execução contratual (TC-00008569.989.19-7).

No mais, foi expedida uma Recomendação Conjunta COADI/PGM em 30/05/2022 sobre o assunto em questão (**DOC. 11**).

<sup>1</sup> [...] No tocante à eventual atribuição de reflexo econômico ao Ajuste e consequente apuração de danos, ressaltar que tais questões serão mais bem avaliadas por ocasião do acionamento dos incisos XV e XXVII, do artigo 2º da LC 709/93, tal como fora consignado em Primeira Instância. [...]





## Município de São João da Boa Vista

Procuradoria-Geral do Município

Setor de Apoio Administrativo

Sendo essas as informações que tenho a prestar no momento, me coloco à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

MATHEUS

ALVES

FERREIRA

Assinado de forma  
digital por MATHEUS

ALVES FERREIRA

Dados: 2023.11.28

10:31:39 -03'00'

Matheus Alves Ferreira

Auxiliar Administrativo

Ciente e de acordo.

São João da Boa Vista,

de

de 2023.

Rodrigo Antonio do Prado  
Assessor do Procurador-Geral



CÓPIA

**Município de São João da Boa Vista**  
Procuradoria-Geral do Município  
Setor de Apoio Administrativo

**INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 079/2023/PGM/SAA/M**

**PROCESSO: --**

**DESTINO:** Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento, com cópias ao Procurador-Geral do Município e Gabinete da Prefeita

**ASSUNTO:** Comunica decisão do TCE-SP sobre o acompanhamento de execução do Contrato com a Construrban Logística Ambiental Ltda.

FAVOR DEVOLVER  
RECIBADO

São João da Boa Vista, 26 de outubro de 2023.

Senhor Diretor,

Encaminho decisão do Tribunal de Contas que julgou pelo não provimento de recurso interposto pela PGM contra decisão de irregularidade da execução contratual da Construrban Logística Ambiental Ltda, determinando o acionamento dos incisos XV e XXVII, do artigo 2º da LC 709/93, o que implica que deverá ser apurado o reflexo econômico e os danos causados ao Município pelas falhas na execução do serviço pela empresa contratada, a fim de subsidiar a eventual propositura de ação de indenização.

Atenciosamente,

*Matheus A. Ferreira*  
Matheus Alves Ferreira  
Auxiliar Administrativo

Ciente e de acordo.

São João da Boa Vista, 22 de outubro de 2023.

*Filipe de Freitas Ramos Pires*  
Filipe de Freitas Ramos Pires  
Procurador-Chefe do Setor Contencioso

**Departamento de Meio Ambiente,  
Agricultura e Abastecimento**

**PROTOCOLO**

Recebido em: 30/10/2023

Assinatura: *André*

*Diogo Augusto Massaro da Cruz*  
Diogo Augusto Massaro da Cruz  
Auxiliar Administrativo  
RG: 49.670.551-9  
GAB



# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



CÓPIA



RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 01/2022/UCI/PGM

São João da Boa Vista, 30 de maio de 2022.

Ao Gabinete e aos Departamentos de Administração e de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

**Assunto: Serviço de Limpeza Urbana (TC-023739.989.21-8)**

Processo administrativo: --

*Recebido por*  
*Pauline*  
*30/05/22*

Considerando o acórdão do Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) que deu provimento parcial ao recurso interposto pela Procuradoria a fim de afastar um dos fundamentos e as penalidades, porém mantendo a decisão de irregularidade do Contrato nº 04/2018 com a Construrban Logística Ambiental Ltda. e os respectivos termos aditivos;

Considerando que o TCE-SP possui jurisprudência pacífica no sentido de que a irregularidade do contrato inicial se estende automaticamente a todo e qualquer termo aditivo, independentemente da data de celebração, da autoridade responsável, da justificativa ou de qualquer outro fator<sup>1</sup>;

Considerando que, segundo consulta à jurisprudência do TCE-SP, além do julgamento irregular, há risco de aplicação de penalidades por celebração de termo aditivo após a decisão definitiva que julgou irregular o contrato inicial<sup>2</sup>;

**A Unidade de Controle Interno e a Procuradoria-Geral do Município resolvem recomendar:**

<sup>1</sup> No que se refere ao princípio da acessoriedade, atos da Administração que pressuponham outros, anteriormente editados, não se deixam contaminar pela mácula que os fulminou quando se destinem exatamente à cabal e eficaz correção do vício acaso identificado nos que os tenham antecedido e que fiquem, assim, sem eficácia. Aliás, a jurisprudência desta Corte registra incontáveis precedentes nesse sentido.

De outra parte, atos administrativos que, pressupondo aditamento anteriormente editado e considerado irregular, intentem modificá-los, para alterar cláusulas, prorrogar sua vigência ou acrescer-lhe valor, estão, na verdade, a confirmá-lo, razão pela qual se sujeitam, por conta de sua indissociável acessoriedade, à mesma e inevitável censura. A decisão do Tribunal de Contas não é constitutiva da irregularidade; apenas a declara. (TC- 1320/007/02)

<sup>2</sup> Por derradeiro, considerando que os aditivos em análise foram formalizados após o trânsito em julgado da decisão que considerou definitivamente irregulares a licitação e o contrato, voto pela aplicação de multa ao responsável, Sr. Rogério Barchetti Urrêa, Prefeito Municipal à época, nos termos do artigo 104, inciso II, da Lei Complementar referida, por infração aos dispositivos legais mencionados, no valor equivalente a 200 UFESP's (duzentas Unidades Fiscais do Estado de São Paulo), a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesa deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da presente decisão. (TC-002087/002/05)

*[Handwritten signatures and initials]*





# PREFEITURA MUNICIPAL

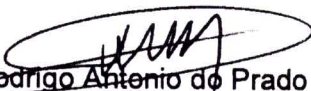
SÃO JOÃO DA BOA VISTA

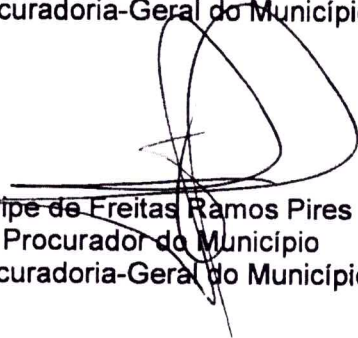
ESTADO DE SÃO PAULO

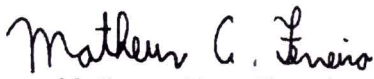


1) A instauração de processo administrativo para providenciar nova contratação dos serviços de limpeza urbana, com observância dos apontamentos que acarretaram a irregularidade da contratação atual.

Respeitosamente,

  
Rodrigo Antonio do Prado  
Procurador-Geral do Município  
Procuradoria-Geral do Município

  
Filipe de Freitas Ramos Pires  
Procurador do Município  
Procuradoria-Geral do Município

  
Matheus Alves Ferreira  
Auxiliar Administrativo  
Procuradoria-Geral do Município

  
Júlia Teixeira de Carvalho  
Unidade de Controle Interno

  
Patrícia Spagnol de Oliveira  
Unidade de Controle Interno

  
Jean Guilherme Azarias  
Diretor Depto. de Meio Ambiente,  
Agricultura e Abastecimento